

# PREÂMBULO DA VERSÃO PORTUGUESA

## Modificar e conhecer o mundo: por uma relação simétrica

A ciência sonha, de uma forma ou de outra, colaborar na produção política do mundo. A reflexão, em sentido lato, é sempre acção. Como disse Roger Bastide no seu famoso livro *Antropologia Aplicada* (1971): “A intervenção humana na realidade social é simultaneamente acção e ciência, visto que ela permite, ao mesmo tempo, modificar o mundo e, ao mudá-lo, conhecê-lo”.

Hoje não é já possível imaginar a intervenção política sem algum garante da sua sustentabilidade no espaço e ao longo do tempo. As acções políticas, para terem efeitos sociais e, mais ainda, para se realizarem tendo em vista um alcance cultural maior, merecem cada vez mais enquadramento numa rede de conhecimentos plurais. Se num primeiro momento tais saberes são independentes, num segundo momento eles revelam-se inter dependentes e comunicantes. A informação por si só não basta; não é.

Mas a ciência também deve ser pensada na sua íntima relação com o político. Não existem relações ingénuas ou “puras”. É preciso saber de que modo, em que momento e com que ferramentas a ciência ajuda a construir o mundo com a política. E aqui penso essencialmente na ciência social, ou melhor, no conjunto das disciplinas que reflectem o mundo, o social, a cultura e como as pessoas se movem no seu seio. Surge imediatamente uma questão: de que modo o conhecimento se traduz em intervenção, já que é possível tornar esta atitude consciente, sustentada e sistematizada?

Temos muitos exemplos internacionais de como os cientistas sociais jogaram um papel determinante na investigação dirigida para as comunidades. Tal foi particularmente notório quando se tratou de convocar a ajuda destes especialistas para traçar policiamentos comunitários que modificaram a face das Polícias e a sua relação com diversas realidades locais um pouco por todo o mundo. Um guia das experiências internacionais foi produzido por Jerome Skolnick e David Bayley em *Policiamento Comunitário* (1988). Que desafios se colocaram às ciências sociais aplicadas às questões da segurança das comunidades?

Três pontos merecem especial destaque:

1. O contributo maior prende-se com uma questão de perspectiva. Para estudar a base social de implementação, implicações e efeitos de políticas e policiamentos de proximidade há toda a vantagem em desenvolver *abordagens científicas de aproximação*. Neste sentido, a antropologia das sociedades contemporâneas tem uma experiência metodológica e, através dela, uma elaboração de resultados empíricos e teóricos ímpar. Esta centra-se na análise de processos sociais, no estudo da cultura enquanto processo activo e dinâmico e interessa-se pelos factores de mudança. A análise antropológica é mais sensível do que qualquer outra à experiência vivida das pessoas e, em simultâneo, abre perspectivas para estudos sobre as complexidades que compõem o social. Tal fica visível nos estudos que se baseiam nas intersecções entre biografias, histórias e sociedade.

Porém, conhecer de dentro e de perto, por entre os interstícios sociais e relações interpessoais, não significa perder de vista o conjunto mais amplo das dinâmicas estruturantes que produzem as sociedades. Comunidade ou localidade são uma questão de escala, não de valor. A localidade não deve ser encarada como microcosmos da sociedade mais ampla; ela é desde logo sociedade, situada, fluida, com persistências e mudanças. Não é a comunidade como objecto de estudo que é valorizada (o seu recorte é artificial), mas sim a perspectiva aproximada. Como passar então ao ponto seguinte, de relação entre saber e políticas?

2. A palavra é *mediação*. Os antropólogos que olham para as sociedades actuais são particularmente sensíveis ao estudo de como o social se manifesta através da variação, contradição, conflito de normas, manipulação de regras, histórias com contexto e conjugação de múltiplas intencionalidades. Nenhuma sociedade, particularmente quando se define tendo por referência o sistema democrático, se ergue sem diferenciação e, até certo ponto, desordem. Já Georges Balandier, no erudito ensaio *A Desordem. Elogio do Movimento* (1988), escrevia que a ordem (apolínea) e a desordem (dionisiaca) existem em razão uma da outra; trazem nelas as duas. O movimento é sempre portador de incerteza. Pode discutir-se o limite destas abordagens do real e os efeitos do deslocamento da ênfase mais tradicional na morfologia, equilíbrio e sistemas sociais. É particularmente notório, sobretudo no legado da antropologia britânica, o desvio da atenção do “como a sociedade se mantém” para o “como a sociedade se transforma”. Todavia, é precisamente nesse âmbito de variação e de incerteza social e cultural que surge a necessidade de produzir “diagnósticos locais de segurança”. A ordem social não é um ponto de partida; mas alguma ideia de ordem comum e de gestão possível da desordem (do movimento) é um ponto de chegada.

Neste âmbito, o cientista social pode ser encarado como um dos mais fundamentais elos de mediação entre diferentes ordens do social, com a sua contribuição para o conhecimento partilhado. Mediação é aqui entendida como uma atitude no sentido de aproximar, fazer dialogar ou conviver partes consideradas diferentes entre si mas que estão (ou se pretende que estejam) envolvidas num mesmo fenómeno, situação ou encontro. Trata-se de uma forma possível de ajuste de assimetrias presentes quando existem estruturas de poder que diferenciam. O seu trabalho de tradução, de reorganização de conteúdos e produção de inteligibilidade pode ser transversal e não apenas de cima para baixo ou de baixo para cima. E, finalmente, como agir politicamente?

3. A produção de ordens e de formas de coesão social implica necessariamente *negociação* entre os mais diversos actores sociais, de preferência envolvendo não só actividade como criatividade. Neste caso os actores são o Estado, as polícias, as instituições, organizações e associações locais, os cidadãos organizados e os mais diversos habitantes urbanos individualmente. O caminho que vai da ambição humanista e universalista do saber social antropológico à selectividade, parcialidade, “realismo” e contradições da política é tudo menos linear. Muitas pedras surgem necessariamente no caminho: na política como na ciência. Mas o caminho pode ser traçado com objectivos precisos. E um dos mais centrais é o de contribuir indelevelmente para uma humanização das cidades, espaços urbanos vivos e sustentáveis em termos de segurança.

Voltemos por um instante às palavras de Roger Bastide que abriram esta curta reflexão. A proposição é interessante. O autor não fala em conhecer para mudar o mundo. O mundo é modificado e, enquanto isso, vai sendo conhecido. É inegável que a ciência muda sempre o objecto de estudo, não estuda apenas. Tal como anteriormente defendi, ela estuda não só a mudança social, mas também sociedades em mudança. E o poder político intervém, para isso foi criado. Mas deve conhecer *aquilo* em que actua *enquanto* actua. E não esqueçamos em momento algum que ciência e política são parte integrante desse conhecimento.

Lisboa, 6 de Julho de 2009